

O artigo tem duas partes: compreender a ascensão do bolsonarismo e, num segundo momento, discutir o caráter do governo Bolsonaro.

I. A ascensão do bolsonarismo

Para compreender o bolsonarismo é preciso entrelaçar três dimensões.

A primeira diz respeito às tradições conservadoras e autoritárias que permeiam historicamente a sociedade brasileira. Tal dimensão vem sendo reiterada *ad nauseam* nas análises a respeito do assunto e eu seria o último a desconsiderá-la. No início deste século, ao analisar a última ditadura brasileira, instaurada em 1964, enfatizei a importância destas tendências autoritárias, estruturais, existentes na longa duração, essenciais para a compreensão das “relações complexas” entre ditadura e sociedade. Fui, então, muito criticado, por estar oferecendo “armas” aos “inimigos”. Houve até quem insinuasse que eu estaria manifestando “simpatias” pela ditadura. Muitos se compraziam, principalmente, mas não apenas, entre as esquerdas, em destacar a “consolidação” da democracia no Brasil, minimizando seu caráter precário e lacunar e os riscos que corria.

Desde o ano passado, houve uma notável inversão. As tradições autoritárias foram “descobertas” e a elas se atribui, quase que exclusivamente, o ascenso da extrema-direita. Assim, cada brasileiro teria um “senhor de escravo” dentro de si. Tais explicações evocam formulações que, nos anos 1970, atribuíam a onda das ditaduras ao “caráter ibérico” da formação de Nuestra America. Até que, no próprio berço destas tradições, na península ibérica, Portugal e Espanha democratizaram-se pacificamente. A metamorfose não revogava as tradições autoritárias, mostrava apenas que elas não podiam ser encaradas como fatores suficientes ou exaustivos para compreender os regimes políticos vigentes.

É certo que não falta solidez às tradições autoritárias, eis que se encontram ancoradas na história. É essencial considerá-las com cuidado, estudar seus agenciamentos, seu caráter socialmente transversal (o autoritarismo não viceja apenas entre as elites e as classes dominantes, está vivíssimo entre as classes médias e mesmo nas camadas populares), as instituições que melhor as encarnam, as mais permeáveis a mudanças, as que podem ser melhor neutralizadas, enfim, os condicionamentos que se criam a partir

* Professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense.

delas, mas é sumamente inconsistente querer, a partir apenas deste ponto, explicar exaustivamente o processo histórico. Em outras palavras, a longa duração não pode eliminar a média e a curta duração. Ou ainda: a história não pode anular a política.

Há uma segunda dimensão, como se fora um segundo elo, ainda mais decisivo, a meu ver, para explicar o objeto que nos interessa.

Trata-se da grande conjuntura, entre 1988, quando foi aprovada a atual Constituição, e o ano fatídico de 2018. Trinta anos, o espaço de uma geração, a média duração.

Depois de uma longa transição – transicional e transacional – que se estendeu desde 1979, quando foram revogados os Atos Institucionais e se encerrou o estado de exceção no país, uma vez aprovada a nova Constituição, tivemos um longo predomínio dos principais partidos reformistas criados nos anos 1980 – o Partido dos Trabalhadores/PT, no começo da década, e o Partido da Social-Democracia Brasileira/PSDB, criado em 1988. Desde 1994, ao longo de seis eleições presidenciais, dominaram o cenário político. Entre 1994 e 2002, prevaleceu o PSDB. Depois, em quatro eleições sucessivas, venceram os candidatos do PT.

Observe-se que as tradições autoritárias, embora existentes – e permanentes -, não foram suficientes para impedir a eleição para a Presidência da República de um sociólogo sofisticado, de um líder operário e de uma mulher identificada como tendo participado da luta armada contra a ditadura.

Entretanto, depois de muitos êxitos (controle da inflação e políticas de inclusão social), e de registrarem aspectos positivos (diminuição drástica da miséria), estes partidos reformistas foram, gradativamente, sendo sugados pela dinâmica do sistema político brasileiro. Nas disputas eleitorais e no exercício do governo preferiram compor alianças com forças conservadoras e/ou fisiológicas. Ocorreu um processo de domesticação do reformismo de tucanos e petistas. Construiu-se – com razão – a percepção de que os propósitos reformistas iniciais davam lugar, gradualmente, a uma gestão prudente e segura da hegemonia do grande capital financeiro e de seus principais sócios, nacionais e internacionais, estruturada ainda na época da ditadura e que permaneceu inalterada ao longo do tempo, inclusive com vigência garantida nos marcos constitucionais.

Anos de prosperidade, em que todas as classes sociais pareciam ganhar – embora desigualmente -, validavam o processo, conferindo-lhe aparente musculatura. No segundo governo Lula, já a euforia tipicamente brasileira dominava o ambiente político. O país voltava a ser apresentado como exemplo civilizacional para o mundo, a

autoestima lá em cima, a Copa do Mundo e as Olimpíadas eram “nossas”. E Obama consagrava Lula como “o Cara”.

Entretanto, era uma solidez apenas aparente.

Os impactos da crise de 2008 acabaram chegando com força imprevista.

(Cabe aqui introduzir uma reflexão breve, mas essencial, sobre o contexto internacional, marcado pela profunda revolução científica e tecnológica que varre todas as esferas do mundo, em escala global, desde os anos 1960-1970, a uma velocidade vertiginosa, sempre crescente, criando uma “sociedade de insegurança”, marcada pela desestabilização de padrões culturais, sociais, políticos e econômicos. Neste panorama de “areias movediças”, incidiu a profunda crise econômica inaugurada em 2008. A crise teve efeitos sumamente desagregadores (desemprego, degradação de serviços públicos etc.) e revelou a incapacidade das forças progressistas de fazerem pagar por ela os grandes capitais financeiros. Ao contrário, estas forças apareceram, quase sempre, como cúmplices de “soluções tecnocráticas” que encontravam “saídas” às custas dos trabalhadores, acirrando de modo brutal as desigualdades sociais e a exasperação das gentes. Os grandes beneficiários desta situação foram as direitas nacionalistas e xenófobas, quase sempre em articulação com setores religiosos cristãos fundamentalistas. Reforçaram-se enormemente e tenderam a surgir como portadores de alternativas “salvacionistas”).

No Brasil, os governos petistas subestimaram a crise. Não se prepararam para enfrentá-la. Dilma chegou a procurar o apoio dos bancos e de seus quadros de confiança (gestão Joaquim Levy) para controlar os efeitos mais evidentes do processo que se desdobrava. Sob o influxo de erros crassos de gestão, aprofundaram-se os efeitos da crise econômica e social, fazendo reverter com inesperada velocidade ganhos que se consideravam definitivos. Acresce que apareceram mazelas graves, não assim tão novas, antes velhas, mas que, no contexto da crise, radicalizaram as gentes.

O seu rol é conhecido: insegurança, corrupção, ineficiência e degradação dos serviços públicos. O prestígio alcançado pelo PT e pelo PSDB começou a derreter como sorvete sob um sol escaldante. Apesar dos excelentes serviços prestados à Ordem, não mereceram a gratidão dos que mais lucraram com a prosperidade. Ao contrário, os grandes meios de comunicação compraziam-se em evidenciar os pontos fracos, abrir veias, escarafunchar feridas, não ficou pedra sobre pedra. Criminalizada a política, os líderes principais não passavam de rufiões. Desvelou-se um sistema carcomido. O país do futuro, como em outras vezes, deslizava para o passado. As manifestações de 2013

evidenciaram a força e a exasperação de demandas e reivindicações represadas. Através delas, brotou, no início algo indecisa, mas logo com vigor crescente, um animal que parecia extinto nos anos 1930 – uma extrema-direita consciente e que não tinha mais vergonha de se apresentar como tal. Correspondia, no plano nacional, ao ascenso das forças de direita em todo o mundo. Quanto às esquerdas, pareciam inibidas ou/ desorientadas, pois, até prova em contrário, o governo era delas, embora o fosse apenas parcialmente, nas beiradas.

Em suma, a grande conjuntura entre 1988 e 2018, nos seus desdobramentos e ziguezagues, evidenciou um processo de celebração, incorporação e domesticação dos partidos reformistas existentes, a ponto de torná-los dificilmente distinguíveis. Diante da crise de 2008, mostraram-se incapazes de compreender e de encarar os novos desafios. Além disso, atolados em escândalos de toda a ordem, estes partidos desmoralizaram-se perante amplos segmentos da opinião pública, criando, gradativamente, uma vaga de fundo que era, antes de tudo, antitucana e antipetista. O rei estava nu e o sistema político, morto, apodrecia a céu aberto.

Mas nem assim estavam definitivamente postas as condições para a vitória do bolsonarismo. Faltaria ainda examinar um último elo: a conjuntura eleitoral, a curta duração.

Os partidos reformistas – o PT e o PSDB - prepararam-se para as eleições de 2018 como se elas estivessem destinadas a ser a repetição das anteriores. Subestimaram a potencialidade de crescimento do candidato de extrema-direita (diga-se, a bem da verdade, que a hipótese da vitória de Bolsonaro era desconsiderada por quase todos os que analisavam o pleito – pelo menos, até agosto de 2018). Enquanto os tucanos imaginavam que o tempo de TV seria o fator diferenciador – e decisivo – do embate, o PT desprezava a tessitura de alianças e apostava quase que exclusivamente no mito do seu líder carismático – Lula. E na possibilidade – bastante improvável – de tê-lo como candidato. Tucanos e petistas subavaliaram o profundo desgaste que sofriam aos olhos de importantes segmentos da população. E também não valorizaram a “batalha da internet”, embora eleições anteriores em várias partes do mundo já indicassem seu caráter decisivo.

Ao longo do primeiro turno, Alckmin mostrou-se incapaz de crescer, apesar do tempo de TV. De seu lado, a campanha petista amarrava seu candidato, Fernando Hadad, despersonalizando-o e o apresentando como um peão dócil nas mãos de Lula, uma espécie de candidato “por procuração”. Por outro lado, a artilharia pesada de Ciro

Gomes, hostilizado pelo petismo, dividia os votos e enfraquecia ainda mais as esquerdas. Bolsonaro beneficiava-se dos erros e desacertos dos adversários, e ainda teve uma espécie de “bônus” inesperado: o atentado, que quase o vitimou, afastando-o dos debates onde iria muito mal. Além disso, sua campanha na internet surpreendeu pela organização, pelo financiamento, pelo abuso das *fake news* e pela truculência.

No segundo turno, o PT corrigiu os erros mais evidentes, porém, já era tarde para deter a onda bolsonarista. A imensa massa dos eleitores do centro e da direita democrática – mais pelo horror ao petismo do que por desejar Bolsonaro – moveu-se em direção ao candidato de extrema-direita, ou, no limite, optou pelo voto nulo ou pela abstenção. A ausência hostil de Ciro completou o quadro da derrota.

Assim, a compreensão do ascenso do bolsonarismo passa pela articulação destes três elos – tradições enraizadas, média duração e curta duração. Foi o agenciamento e a combinação destas três temporalidades que conduziu à derrota – evitável – das esquerdas e à vitória – inesperada – do bolsonarismo.

II. Caráter do bolsonarismo.

Está virando um lugar comum caracterizar o bolsonarismo como fascista ou neofascista. As esquerdas no Brasil, e não apenas aqui, tendem, em certas circunstâncias, a associar necessariamente autoritarismo, violência e fascismo. Nesta tradição, o Estado Novo foi, muitas vezes, caracterizado como “fascista”, embora hoje em dia quase já não se fale no assunto desta forma. Também o governo Médici, em certo momento, foi assim conceituado por algumas tendências políticas, mas o conceito não resistiu ao tempo.

Penso que é mais fecundo tentar destacar os principais componentes do bolsonarismo, uma proposta de aliança ainda em processo de formação.

O núcleo do bolsonarismo – e o seu motor, ou seja, as forças que o colocam em movimento – constituem-se de dois vetores: as corporações militares, com ênfase no exército, nas polícias militares e nas milícias emergentes; e a grande maioria dos segmentos fundamentalistas das igrejas evangélicas. Sintonizados com a força ascendente dos nacionalismos de direita em todo o mundo, desconfiados da velocidade e das “areias movediças” introduzidas pela revolução científico-tecnológica, conservadores ou francamente reacionários nos costumes, seria necessário compreender melhor a dinâmica interna destes vetores, eventuais ou potenciais contradições internas. Disso dependerá a possibilidade de enfraquecê-los.

Entretanto, esta “aliança de choque” não bastaria política ou eleitoralmente para assegurar a vitória do bolsonarismo.

Outro elo de alianças formou-se entre o bolsonarismo e o empresariado do agro-negócio e do grande capital financeiro. Uma aliança instável, de conveniência mútua, está longe de ter a solidez da primeira articulação. O credo liberal orienta este empresariado e Paulo Guedes é seu profeta. Já impuseram algumas importantes “correções de rumo” ao governo, embora evitando choques frontais que, aliás, não fazem o seu feitio. Estes setores empresariais vertebram e legitimam relações internacionais, financiam campanhas e, através dos grandes meios de comunicação, informam e orientam a opinião pública centrista e de direita. Desempenharam papel essencial na vitória eleitoral. Ocupam cargos estratégicos no governo. Determinam sua política econômica. Não comungam das convicções extremadas do conservadorismo cristão bolsonariano (“Deus acima de todos”) nem de suas patriotadas (“Brasil acima de tudo”). Pressionarão o governo até o cumprimento integral do “programa liberal”. Depois, conforme as circunstâncias, poderão continuar com ele ou afastar-se dele. Não esquecer que tais setores conviveram harmoniosamente, e financiaram em grande medida, as campanhas pretéritas de tucanos e de petistas. Poderão, assim, construir outras articulações segundo seus interesses imediatos.

Da permanência desta dupla articulação de alianças – institucionais e sociais – dependerá a sorte do bolsonarismo. Seu principal desafio é reverter o quadro agudo da crise econômica que se abate sobre o país e o desmoraliza. Se não conseguir, pressionado pelos adversários, por instituições que resistem à submissão ou/e pela eclosão de eventuais movimentos sociais, Bolsonaro já tem pronto o seu discurso: “*não me deixaram governar*”. O que fará então ou o que as circunstâncias lhe deixarão fazer pertence ao âmbito do imponderável. Mas é muito improvável que seus núcleos mais decididos se deixem apear do poder ora conquistado pelos meios institucionais conhecidos.

Novembro, 2019

